

O interesse em atenuar a posição brasileira

por Paulo Sotero
de Washington

Diplomata de carreira, um dos principais homens da Seplan no governo Figueiredo, o embaixador José Botafogo Gonçalves teve, no passado, a incumbência de expor a posição do País sobre a Multilateral Investment Guarantee Agency, ou MIGA, um organismo que o Banco Mundial deseja criar, há anos, para incentivar o declinante fluxo de investimento de capital de risco para os países em desenvolvimento. Tendo entre suas principais atribuições supervisionar as relações do País com o Banco Mundial, o embaixador explicou mais de uma vez a seus interlocutores na instituição que Brasília via a MIGA como inimiga.

Em abril passado, Botafogo mudou-se para Washington, contratado pelo Banco Mundial como vice-presidente para relações externas. Tendo sob seu comando o setor de imprensa do banco, ele tem agora entre suas atribuições explicar as posições e promover as iniciativas da instituição. Entre elas, uma das mais importantes, hoje, é tentar convencer o Brasil e os demais países em desenvolvimento contrários à criação do novo órgão a

mudar de idéia. Para Botafogo, a posição brasileira de crítico radical à MIGA não é prática. "Já existe apoio suficiente das nações industrializadas e de alguns países em desenvolvimento para que a nova agência seja criada na reunião anual do banco e do FMI, em outubro próximo, em Seul. Diante disso, acho que era melhor ficar numa postura mais flexível, até para ter condições de influenciar", aconselha.

O interesse do banco em quebrar ou, ao menos, atenuar a oposição brasileira é compreensível. A proposta final dos estatutos da agência, que outro vice-presidente do Banco Mundial, Ibrahim Shihata, levará à consideração do ministro Francisco Dornelles e de outros representantes do governo brasileiro contém alterações substanciais em relação ao documento inicial e poderá, segundo o embaixador, satisfazer algumas das objeções do País.

Reverter a posição brasileira neste tema, contudo, não será fácil. A principal objeção do País à idéia é que o investimento estrangeiro não deve ser incentivado de forma artificial, devendo ser decidido à luz apenas da vantagem comparativa oferecida pelos países.